Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

ELEMENTOS PARA ELABORAÇÃO DE UM DESENHO DE PESQUISA

Elements to formulate a research design

Marcelino T. Lisboa[1]

[1]Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. **E-mail**: marcelino.lisboa@unila.edu.br. **ORCID:** 0000-0002-6421-920X

Recebido em: 23 nov. 2018 | Aceito em: 30 ago. 2019

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

RESUMO

O texto tem o intuito de apresentar as ideias básicas para formulação de desenhos de pesquisa, com foco em estudantes em nível de graduação. Desenvolve-se a ideia de que um desenho de pesquisa deve ocupar-se inicialmente, de definir um objeto, uma pergunta, definir uma teoria a ser utilizada, elaborar uma hipótese, tratar das fontes e escolher o método adequado. Entende-se que esses sejam os passos iniciais fundamentais que devem ser seguidos pelos pesquisadores que realizam seu primeiro trabalho de maior envergadura, como uma monografia de conclusão de graduação.

Palavras-chave: Projeto de Pesquisa; Relações Internacionais; Metodologia.

ABSTRACT

The text intends to present the basic ideas for the formulation of research project, focusing on undergraduate students. The idea is developed that a research design should initially and interactively focus on defining an object, a question, defining a theory to be used, elaborating a hypothesis, dealing with the sources, and choosing the appropriate method. These are the fundamental initial steps that must be followed by the researchers who carry out their first major work, such as a graduate monograph.

Keywords: Research Project; International Relations; Methodology.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é apresentar a forma de elaboração de um desenho de pesquisa que considere os seguintes elementos: objeto de estudo; pergunta a ser respondida; teoria utilizada; hipótese; fontes da pesquisa; método. Estudantes que se encontram na fase final de cursos de graduação, passam pelo desafio de planejar e executar o seu primeiro trabalho acadêmico de maior envergadura. No caso dos cursos de graduação nas áreas de Ciências Humanas no Brasil, em sua maioria, os estudantes elaboram um trabalho monográfico, individual. Esse texto é destinado a essas pessoas[2].

Um trabalho de pesquisa possui uma fase pré-filosófica, na qual o pesquisador aproxima-se do tema, tem a sua curiosidade aguçada e finalmente decide realizar a investigação. Depois dessa etapa, há uma fase de planejamento (quando se elabora o desenho de pesquisa), outra de execução e a fase final que é a apresentação dos resultados à comunidade acadêmica. Em todas as fases da vida acadêmica passamos por esse processo, seja para a elaboração de uma monografia de graduação, de uma tese de doutorado ou de um artigo científico. Invariavelmente,

[2] O texto pode ser útil também útil para estudantes de outras áreas, visto que os elementos do desenho de pesquisa citados podem ser encontrados nas demais disciplinas. Contudo, não se ignora que "a elaboração de um desenho de pesquisa e a avaliação sobre sua pertinência também variam nos diferentes campos que compõem a ciência" (Silva 2018, p. 7).

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

quanto mais atenção é dada e mais tempo é utilizado na fase de planejamento, menos tempo utiliza-se na fase de execução e maior é a qualidade do resultado final. Esse texto ocupa-se da fase de planejamento da pesquisa.

A discussão sobre a elaboração de desenhos de pesquisa não é algo novo, mas também é um tema que jamais será ultrapassado, ou seja, é sempre um tema atual. Livros que tratam dos elementos envolvidos em uma pesquisa são publicados com frequência, alguns com viés mais generalista, outros voltados a alguma área específica do conhecimento. Nesse aspecto, esse artigo não se diferencia dos manuais metodológicos das Ciências Sociais em relação aos elementos que compõem um desenho de pesquisa, mas, procura contribuir nesse aspecto ao apresenta-los de forma sintetizada, com o objetivo de facilitar o entendimento da fase inicial da etapa de planejamento de uma pesquisa, utilizando-se sempre que possível de literatura da área das Relações Internacionais (RI)[3]. Em tal perspectiva, concorda-se com a visão de Gerring (2012), para o qual as discussões filosóficas mais abstratas e as abordagens a partir das estruturas epistemológicas mais amplas muitas vezes obscurecem questões metodológicas mais práticas. Para o autor, essas questões somente ficam mais claras quando emolduradas de maneira específica e focada naquilo que se quer pesquisar.

Outro ponto é o que, pertinentemente, afirmam Magalhães e Siqueira (2018), que a discussão sobre metodologia possui papel secundário na produção científica e que a maior parte da produção do pensamento sobre o tema advém dos Estados Unidos e da Europa. O Projeto *Teaching Research and Internacional Policy* (TRIP/2014), ao tecer reflexões sobre a condução da disciplina de RI no Brasil, apontou que a comunidade acadêmica brasileira está em crescimento e que, metodologicamente, utiliza predominantemente o método qualitativo, com abordagens híbridas em relação às escolhas teóricas (Villa *et al*, 2017). Um tema a se realçar é que trabalhos sobre metodologia publicados em periódicos brasileiros geralmente ocupam-se de temas e objetivos que atendem ao público que se encontra em fases mais avançadas de seu desenvolvimento acadêmico. Para os acadêmicos iniciantes, muitas vezes, esses debates são inacessíveis, tanto pela linguagem utilizada como pela complexidade ou profundidade com a qual o tema é tratado. Nesse sentido, discutir formas de "sistematizar condutas desejáveis sobre como produzir conhecimento científico" (Figueiredo Filho *et al*, 2012) através de bons desenhos de pesquisa é um tema sempre necessário. Com foco voltado para o público acadêmico iniciante, esse texto tem o intuito de inserir-se nessa discussão.

Mas, porque um texto com elementos básicos de um desenho de pesquisa, voltado a jovens pesquisadores? Em minha experiência em disciplinas destinadas à elaboração de projetos para monografias de conclusão de graduação, em disciplinas em nível de pós-graduação e oficinas sobre metodologia da pesquisa, além da percepção em atividades de orientação, constatou-se que os estudantes utilizam pouco tempo na fase de planejamento. Por uma série de motivos,

[3] A abreviação RI é utilizada no texto para referir-se à disciplina de Relações Internacionais. As relações internacionais, quando em minúsculas, referem-se aos fenômenos internacionais dos quais a disciplina trata.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

principalmente aqueles relacionados ao momento em que se encontram em sua vida acadêmica, seguem rapidamente à fase de execução do trabalho, o que gera uma série de infortúnios no final dessa jornada. A primeira resposta para a pergunta do início do parágrafo, então, é: para alertar a quem formula um projeto que quanto mais tempo e dedicação forem investidos no planejamento da pesquisa, menos tempo se utilizará na execução e maior qualidade o trabalho terá. A segunda resposta é: para auxiliar os novos pesquisadores a sistematizarem os elementos mais básicos de um desenho de pesquisa.

Para tanto, a proposta desse artigo é apresentar as questões mais basilares dos elementos fundamentais de uma pesquisa – objeto, pergunta, teoria, hipótese, fontes e método – argumentando que a definição desses seis elementos é um passo fundamental para a elaboração de um desenho de pesquisa. Utiliza-se a definição de desenho de pesquisa como um conjunto de elementos conectados, nos quais estão contemplados os componentes empíricos, teóricos e metodológicos necessários para a execução de uma pesquisa. Importante esclarecer e ressaltar: não é um conjunto de etapas linearmente e cronologicamente ordenadas, mas um conjunto de elementos conectados. Considerando que todos os elementos de um processo de pesquisa estão intimamente conectados (Gerring, 2012), adota-se aqui a mesma perspectiva de Silva (2018, p. 9)[4] que afirma que as "fases se relacionam e [que] a ordem e a divisão [em diferentes elementos] são apenas didáticas, sem nenhuma pretensão de que sejam seguidas exatamente ao longo de um trabalho científico, nem que não se sobreponham".

Nesse texto, a lógica priorizada na construção de uma moldura teórico-empírico-metodológica tem como base a ligação causal entre os elementos. Obviamente, há outras vias que podem ser percorridas para o desenvolvimento de uma pesquisa. Na construção de projetos que envolvem estudos de casos podem ser necessárias ferramentas diferentes daquelas utilizadas para análises quantitativas. Projetos voltados à análise documental ou de coleta de dados através de observação direta podem representar uma sondagem inicial de um tema. Ao elaborar tais projetos, muitas vezes, os pesquisadores não possuem a clareza de quais lentes teóricas serão úteis para auxiliar no esclarecimento de determinadas questões mais profundas, devido ao estudo necessitar de uma primeira fase exploratória. Sendo assim, nesse artigo o leitor encontrará um viés voltado à lógica da causalidade entre os elementos de um desenho de pesquisa.

O texto está organizado em seis partes, além da introdução e das considerações finais. Cada uma dessas partes discute um dos seis elementos considerados essenciais para a formulação inicial de um desenho de pesquisa. O fato desses elementos estarem dispostos dessa forma não indica uma sugestão de linearidade no desenvolvimento do desenho de pesquisa, na sequência como os elementos estão organizados no texto.

[4] Ao tratar do que denomina de dimensão ampla de uma pesquisa, Silva (2018) define-a em três fases – uma relativa à teoria, outra à pergunta e outra aos procedimentos.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

QUAL É O OBJETO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

Cada área das Ciências possui determinadas especificidades, sendo que uma delas é o objeto com o qual lidam. Para Dyvik, Selby e Wilkinson (2017), no caso das RI, essas questões são indiscutivelmente menos claras do que em outras áreas. A verdade é que definir o objeto de estudo de uma determinada disciplina nunca é uma tarefa fácil.

Para as RI, existem definições diversas quanto ao termo "relações internacionais" como objeto de estudo, mas há um entendimento intersubjetivo de que a disciplina se ocupa das relações de uma realidade social que possui a característica de ser internacional. Halliday (2007), por sua vez, indica que as RI como disciplina são tratadas, não raramente, como apêndices de outras disciplinas e que o "internacional" é o excedente que define o objeto. Para o autor, o objeto de estudo das RI abrange as relações entre os Estados, as relações não-estatais que ultrapassam as fronteiras e as operações no sistema internacional como um todo (Halliday 2007, p. 15). Sprinz e Wolinski (2002) refinam essa afirmação, indicando que as RI tentam explicar uma ampla gama de interações políticas entre países, sociedades e organizações, tarefa essa que requer uma abordagem sistemática e metodologicamente guiada para identificar os processos e forças envolvidos. As definições do objeto de estudo das RI seguem, em geral, essa linha, podendo ser entendido como o conjunto de atores, acontecimentos e fenômenos que existem e interagem no sistema internacional, ou seja, além das fronteiras domésticas das sociedades (Pecequilo, 2004).

Então, como operacionalizar isso em um desenho de pesquisa? Em geral, os objetos de estudo das RI, derivados da curiosidade acadêmica de estudantes de graduação, possuem três elementos: um cunho temático, uma localização geográfica e um escopo temporal. Destarte, no momento da escolha de um objeto de pesquisa em RI, uma forma prática de definição desse elemento é perguntar: o que? Onde? Quando?

Considerando as definições apresentadas do que é o objeto de estudo das RI, as relações entre os países da América Latina podem ser um objeto em um desenho de pesquisa. Todavia, estudar todos os elementos envolvidos em tal objeto demandaria toda uma carreira de um pesquisador experiente e, obviamente, não é algo plausível de ser feito em um ano, que é mais ou menos o tempo que se tem disponível para a execução de uma monografia de graduação. Ao se definir de maneira mais específica o tema a ser estudado, o lugar de interesse e o período a ser analisado, o objeto de pesquisa passa a tomar uma forma mais realista quanto à sua execução. Ao se perguntar "o que", acaba-se por definir uma das áreas das RI, como a política externa, por exemplo. Ao se indagar "onde", é possível definir uma unidade menor, como um país. A pergunta "quando", molda o escopo temporal. Como exemplo, poderíamos ter como objeto "a política externa do Brasil para a área da saúde no século XXI", que é um tema mais plausível de ser desenvolvido, um objeto mais bem recortado e definido.

Portanto, sugere-se atentar para o objeto a ser estudado e perguntar: o que pesquisarei, em que lugar e sobre qual período?

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

NÃO PERCA TEMPO: ELABORE A PERGUNTA

É bastante comum deparar-se com a informação de que toda pesquisa começa com uma pergunta. Porém, nem sempre é assim. Muitas vezes, uma pesquisa começa a ser desenhada a partir da curiosidade em relação a um objeto ou mesmo a uma teoria. Gerring (2012) descreve que essa é uma fase da pesquisa na qual o pesquisador não sabe bem o que está procurando e nem onde procurar. Porém, afirma o autor, é o estágio mais crucial de todos. Essa é uma afirmativa com a qual é difícil discordar, pois na prática da pesquisa esse fenômeno realmente ocorre. Isso posto, não há como negar que a pergunta deve ser definida o mais rápido possível, pois é ela que guia todo o trabalho do pesquisador. Independentemente de onde surja a ideia ou o interesse em explorar um objeto, a pergunta deve ser imediatamente definida. Mas, por quê?

Em primeiro lugar, porque ajuda a definir com o que o pesquisador vai ocupar-se em suas leituras, na organização das informações e na otimização de seu tempo. O avanço das tecnologias das comunicações, principalmente através da internet, contribuiu significativamente para que aqueles que realizam pesquisas tenham maior disponibilidade de dados, artigos científicos e livros. O lado positivo desse fenômeno é que enriquece o conhecimento. Por outro lado, uma grande quantidade de informação, se não for bem manejada, pode gerar desvios no foco da pesquisa, levando o pesquisador a utilizar seu tempo com materiais que despertam seu interesse, mas que nem sempre estão levando a alcançar o objetivo de sua pesquisa. Nesse ponto, uma pergunta-guia bem definida auxilia na definição do que deve ou não ser lido e explorado, bem como daquilo que deve ser deixado de lado, ainda que temporariamente.

Em segundo lugar, porque na fase de revisão bibliográfica ou de exploração de material coletado, pode ser constatada a necessidade de reelaboração da pergunta. É por isso que a formulação de um desenho de pesquisa deve ser um processo interativo entre os elementos desse desenho. Se, por exemplo, a aproximação ao objeto de pesquisa através da revisão bibliográfica ou a definição de um método a partir da exploração do material coletado levarem a uma alteração na pergunta da pesquisa, deve-se atentar para os demais elementos do desenho da pesquisa e verificar se continuam adequados aos propósitos do estudo.

Portanto, sugere-se que na formulação de um desenho de pesquisa deve-se elaborar a pergunta o mais rápido possível, caso ainda não a tenha.

QUAL TEORIA?

Teorias são conjuntos de postulados que se propõem a prever como um dado fenômeno se comportará ou explicar como comportou-se, desde que estejam atendidas determinadas condições. Essa definição está de acordo com o apontamento no início desse texto de que um desenho de pesquisa, na abordagem aqui exposta, enquadra a teoria com os demais elementos em uma lógica causal. Nessa perspectiva, a teoria pode ser tratada como uma visão sistemática do conhecimento, que pretende explicar uma realidade, dando sentido aos seus elementos constituintes do objeto do qual se ocupa, estabelecendo relações entre eles. Essa é uma acepção

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

instrumentalmente útil, mas que pode levar o pesquisador a perceber a teoria – e seu objeto – como fenômenos estáticos. No caso dos objetos de estudo das RI, deve-se tomar cuidado com essa questão. Por quê?

Porque teorias que têm o intuito de explicar o mundo real vivem em tensão com a realidade que pretendem elucidar. Conforme destaca Sullivan (2001), ambas as dimensões – a teórica e a real – são dinâmicas e a interação entre ambas tende a produzir novas teorias para explicar novos fenômenos. Nas RI, desde o surgimento da disciplina, diversas circunstâncias levaram a mudanças na realidade que a disciplina estuda e o desenvolvimento teórico seguiu também esse caminho. Isso não significa necessariamente que uma teoria substitua a outra. Nesse ponto, é oportuna a abordagem de Devetak (2017), que argumenta que as teorias tradicionais das RI e as novas teorias – essas últimas provenientes da ampliação da agenda da disciplina após o "terceiro debate" – existem lado a lado, cruzando-se de maneiras complexas para dar conta da explicação dos dinâmicos fenômenos das relações internacionais.

Há diversas formas de se utilizar teorias na execução de pesquisas, principalmente porque diferentes perspectivas metodológicas podem dar diferentes papeis às teorias em um desenho de pesquisa. Um viés positivista concede uma função instrumental bastante clara às teorias, enquanto que em uma perspectiva crítica pode haver a necessidade de avançar-se em fases mais aprofundadas da abstração teórica e das reflexões que traz consigo. Para saber onde a teoria permitirá a pesquisa chegar, deve-se necessariamente conhecer as diferentes perspectivas teóricas de uma área. No caso das RI, quem se propõe ao desafio de explorar a área de maneira científica, deve conhecer as perspectivas teóricas desenvolvidas na disciplina ao longo do tempo. As premissas e a amplitude do objeto presentes no paradigma realista são diferentes do institucionalismo liberal, por exemplo. E o objetivo a que se propõem as visões marxistas e críticas das RI, bem como a unidade de análise da qual partem, são absolutamente diferentes do realismo e do institucionalismo.

Por essas reflexões pode-se entender a afirmação de Jorgensen (2018) de que uma das perspectivas pelas quais é possível enxergar a função das teorias é percebendo-as como lentes através das quais se percebe o mundo. Essas lentes podem ser maiores ou menores, coloridas ou não. Não conhecer minimamente essas lentes teóricas de leitura da realidade é um sintoma de que há a necessidade de maior aprofundamento no conhecimento dos paradigmas teóricos das RI. Esse déficit pode levar a equívocos no momento da formulação do desenho de pesquisa, pois, a escolha de lentes erradas para visualizar um objeto, levará o pesquisador a um caminho igualmente equivocado em seus resultados.

Então, como escolher a lente teórica correta? Considerando as perspectivas teóricas e os demais elementos do desenho de pesquisa concomitantemente. As RI possuem um objeto de estudo de grande abrangência e complexidade, que permite ao pesquisador emoldurar seu desenho de pesquisa em diferentes níveis de análise. Também é um campo interdisciplinar, que utiliza conceitos da história, da economia e da ciência política, entre outros (Mingst e Arreguín-

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

Toft, 2017). Sendo assim, o objeto de estudo de uma investigação nas RI pode estar em uma escala global, regional, analisar um Estado, uma unidade subnacional ou até mesmo ter o indivíduo como foco de sua análise (Castro, 2012, pp. 260-268). Por isso, deve-se olhar para a teoria como uma lente de uma dimensão adequada ao objeto que se propõe a estudar.

Lentes teóricas de grande dimensão, que abordam o sistema internacional como um todo, são adequadas para objetos de pesquisa de grande dimensão e, em geral, não têm a capacidade de explicar relações ao nível do indivíduo. Lentes teóricas de menor dimensão, explicam de maneira mais satisfatória os objetos mais específicos, mas tornam-se inviáveis para explicar objetos amplos, pois deveriam ser feitos tantos estudos quanto necessários para dar conta de toda a dimensão do objeto. No meio desse caminho, encontram-se as teorias de médio alcance, que formam a base das abordagens mais progressistas e ecléticas das RI (Katzenstein e Sil, 2010) e que nem sempre se enquadram na lógica da adesão a um nível de análise. Ao invés de aderir a objetivos universais como a maximização do poder, da segurança ou da riqueza, a partir de unidades em um mesmo nível, as teorias de médio alcance permitem analisar diferentes interesses – inclusive aqueles socialmente construídos – em variados níveis, considerando as especificidades da questão sob investigação (Lake, 2013), sendo que essa combinação é o que caracteriza o ecletismo dessas teorias.

Portanto, sugere-se que para elaboração de um desenho de pesquisa seja realizada uma interação das teorias disponíveis com os demais elementos da investigação, para selecionar uma lente teórica com dimensão adequada.

HIPÓTESE: UMA RESPOSTA PROVISÓRIA

As hipóteses podem ter diversas funções e variadas fontes para a sua elaboração. Marconi e Lakatos (2003, pp. 116-119) indicam que as fontes para a elaboração de uma hipótese podem prover de um conhecimento prévio do tema pesquisado, da observação de um fenômeno, da comparação com outros estudos, de experiências pessoais, entre outros. Entretanto, essa variedade de possibilidades pode levar o pesquisador inexperiente a simplesmente não conseguir elaborar uma hipótese adequada. Nesse ponto, concorda-se com Figueiredo Filho *et al* (2012, p. 92) que destacam que "muitos trabalhos não apresentam a hipótese de pesquisa de forma clara e/ou apresentam algo como se fosse hipótese, mas que na verdade se trata de algo indefinido". Isso é um problema no desenho da pesquisa, que afetará a fase de execução do trabalho, pois é um dos elementos que, juntamente com a pergunta, dirige a investigação, indicando ao pesquisador com o que se ocupar.

Como, então, resolver o problema da formulação da hipótese? Apesar das diversas formas de se elaborar hipóteses, uma forma prática e adequada é pensa-la como o resultado esperado da relação entre dois fenômenos. Nesse caso, a hipótese é deduzida logicamente a partir de pressupostos teóricos e serve como uma resposta suposta, provável e provisória à pergunta formulada (Marconi e Lakatos, 2003). Para elaborar uma hipótese a partir dos pressupostos

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

teóricos, deve-se perguntar o que a teoria diz que ocorrerá com o fenômeno que está sendo analisado. A resposta provida pela teoria é a hipótese teórica. Para aferir se a hipótese, a partir desse princípio, está adequada, deve-se ler a pergunta da pesquisa e imediatamente a hipótese. Se houver uma lógica de pergunta e resposta, quer dizer que há algum sentido na interação desses elementos. Como exemplo, pode-se pensar no exposto no parágrafo a seguir.

A teoria realista das RI, desde seus princípios definidores até as mais variadas abordagens que surgiram ao longo da consolidação da disciplina, tem como um de seus pressupostos básicos que os Estados agem no sistema internacional no intuito de preservar a sua segurança e a sua soberania para garantir a sua sobrevivência no sistema. Ao elaborar-se um desenho de pesquisa que tenha como objeto de estudo os conflitos armados na Europa no século XX, por exemplo, há um tema definido, um espaço geográfico e um período de tempo. Suponha-se que a pergunta a ser respondida seja: porque os Estados europeus decidiram participar das guerras ocorridas em seu território, durante o século XX? Olhando para a teoria realista e seguindo a ideia de formular-se uma hipótese que relacione os pressupostos teóricos e que sirva de resposta provisória à pergunta, a hipótese poderia ser: os Estados europeus participaram das guerras porque os conflitos armados estavam causando contratempos à sua segurança e soberania, colocando em risco a garantia de sua sobrevivência no sistema internacional.

Portanto, sugere-se que a hipótese seja elaborada transferindo os postulados dos pressupostos teóricos para o objeto de estudo, gerando uma afirmação que sirva como possível resposta à pergunta formulada.

NÃO AVANCE SEM TER OS DADOS

A viabilidade de uma pesquisa implica em diversos fatores, como disponibilidade de tempo, de recursos financeiros, de conhecimento, disponibilidade de softwares, entre muitos outros elementos. Alguns desses fatores estão sob o controle do pesquisador e outros não, e alguns são previsíveis, outros não. Ao desenvolver um desenho ou um projeto de pesquisa, antes de se iniciar a fase de execução, é necessário ter a certeza de que a pesquisa poderá ser feita em todas as suas etapas, ou seja, deve-se garantir a viabilidade da execução do trabalho. Nesse sentido, é importante olhar para a pergunta a ser respondida e indagar: existem os materiais necessários para responder a essa pergunta? Se existem, tenho acesso a eles? Por esse motivo, torna-se bastante instrumental chamar os materiais a serem utilizados para responder à pergunta, ao invés de fontes da pesquisa, de *fontes da resposta à minha pergunta*. Essa é a relação que deve haver entre essas fontes e os demais elementos durante a elaboração do desenho de pesquisa, principalmente com a pergunta. Se a resposta a uma das indagações colocadas anteriormente for negativa, então, não é possível executar a pesquisa tal como desenhada.

No entanto, mesmo que as fontes estejam disponíveis, há algo a mais que necessita ser mencionado, que é a replicação dos resultados de uma pesquisa. A replicação é a repetição ou reprodução do processo realizado por um pesquisador, utilizando as mesmas fontes e os mesmos

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

métodos e, se os dados forem exatamente os mesmos, espera-se que apresentem os mesmos resultados. A execução da mesma análise, com os mesmos dados, chegado ao mesmo resultado, é chamada de duplicação, enquanto que a replicação pode ser entendida como a administração das mesmas medidas, no mesmo universo pesquisado anteriormente, gerando resultados diferentes por conta de mudanças no tempo, no lugar ou nos sujeitos da pesquisa. A utilidade desse procedimento é poder verificar as conclusões substanciais de uma pesquisa (King, 1995), bem como as questões procedimentais.

No caso de trabalhos quantitativos, Gerring (2012) reflete que a replicação é um procedimento bastante mecânico, se for utilizado o mesmo banco de dados do autor. Ainda que sejam realizadas alterações em parte dos dados, incluindo ou excluindo elementos para realizar testes, a replicação é mais simples do que em trabalhos qualitativos. É bem verdade que em trabalhos qualitativos, pela complexidade de suas características metodológicas, as conclusões e inferências muitas vezes não podem ser reproduzidas, pois envolvem fenômenos que não podem ser reproduzidos da exata maneira como o autor realizou. Contudo, se estiverem claros os critérios de seleção das fontes e o caminho utilizado para processar as informações, é possível entender a lógica com a qual as conclusões foram moldadas e entender o quanto os resultados são parte das idiossincrasias do pesquisador e da subjetividade da análise.

Três reflexões podem ser feitas a partir do exposto. Primeiro, que os dados a serem utilizados na investigação, durante a elaboração do desenho de pesquisa, devem estar diretamente atrelados à pergunta da pesquisa, sempre no intuito de verificar se tais dados ajudarão a responder à pergunta proposta, total ou parcialmente. Segundo, que os dados devem ser tratados de forma a contribuir para que o desenho de pesquisa permita a replicação dos resultados por outros pesquisadores, para que o trabalho realizado ganhe maior confiabilidade na comunidade acadêmica. Terceiro, que os dados devem passar a ser buscados imediatamente após a definição da pergunta, pois no caso da indisponibilidade de dados ainda haverá tempo para redesenhar a moldura da pesquisa.

Esse terceiro ponto é fundamental, visto que com frequência jovens pesquisadores utilizam o tempo inicial de uma pesquisa realizando leituras sobre seu objeto ou sobre a sua teoria, sem saber se terão acesso aos dados que necessitarão para atingir o objetivo final. Nesse sentido, a frase do personagem fictício Sherlock Holmes parece pertinente a essa reflexão: é um erro teorizar sem ter dados. Porém, para a elaboração de um desenho de pesquisa, não há a necessidade de se estar de posse dos dados, mas é impreterível que se tenha a certeza de que haverá acesso a eles no momento da execução do trabalho.

Portanto, sugere-se aqui a ideia de que se deve buscar os dados o mais breve possível para garantir a viabilidade da pesquisa, que tais dados devem ser tratados e guardados com o cuidado necessário para possibilitar a replicação dos resultados e que devem sempre ser úteis para responder à pergunta da pesquisa.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

MÉTODO: A FERRAMENTA PARA EXTRAIR A RESPOSTA DAS FONTES

Uma metodologia trata da lógica interna e do conjunto de todos os elementos envolvidos em uma investigação, ou seja, é o quadro teórico-empírico que emoldura todos os elementos de uma pesquisa. O método é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas pelo cientista para realizar o tratamento adequado de suas fontes, de forma a resolver a questão proposta, ou seja, responder à pergunta. Nas palavras de Diesing (2017), é a série de passos que os pesquisadores seguem para realizar uma contribuição para um determinado campo do conhecimento.

No caso da proposta desenvolvida nesse texto, o propósito da pesquisa seria responder à pergunta. Com isso, na definição do método deve ocorrer uma interação primeiramente e principalmente com a pergunta e com as fontes e, posteriormente, com a hipótese, a teoria e o objeto. Mas, por que a pergunta e a fonte devem ter precedência em relação aos outros elementos do desenho da pesquisa? Porque é nas fontes que está a resposta para a pergunta e o método é a forma de extrair as respostas das fontes.

A partir dessa ideia, além da disponibilidade das fontes, o domínio das ferramentas e técnicas voltadas ao tratamento das fontes é o que torna a pesquisa viável. Yin (2018) apresenta a ideia de que a estratégia para tratamento dos dados deve considerar, entre outros elementos, o tipo de pergunta que está proposta. Perguntas que utilizam as formas "*quem*", "*onde*" ou "*quantos*", levariam a estratégias como levantamento de dados ou análise de arquivos. Ao analisar conjuntamente a pergunta e o método, é possível que surjam perguntas intermediárias, que demandarão métodos que possibilitem a resolução de parte do problema da pesquisa. Um levantamento de dados, por exemplo, pode responder quantos países membros da ONU votaram contra a intervenção no Iraque em 2003, além de permitir uma classificação em categorias de votantes a favor, contra e das abstenções.

Com essa informação, através da interação com os demais elementos do desenho de pesquisa, é possível aperfeiçoar a pergunta. As questões que utilizam as formas "*como*" e "*porque*", por exemplo, levam a outras estratégias de investigação, como os estudos de caso (Yin, 2018) e, no caso das RI, ao *process tracing*, às análises de discurso e também análises comparativas. A partir de um levantamento, portanto, a questão anterior poderia ser alterada para: porque determinados países votaram a favor e outros contra a intervenção no Iraque em 2003? Nesse caso, o método comparativo poderia trazer a resposta, mas demandaria também a existência de outras fontes, para além das listas de votação das Nações Unidas.

A importância da interação entre método, pergunta e fontes, desde o início da formulação de um desenho de pesquisa, é que define a viabilidade da pesquisa, além de permitir a compartimentação da investigação em diversas partes, cada uma delas podendo ser objeto de busca de respostas para perguntas menores, que, ao final, responderão à pergunta principal. Em projetos de pesquisa, com frequência, há a necessidade de explicitar-se o objetivo geral, bem como os objetivos específicos. O objetivo geral está diretamente ligado à pergunta, pois, qual seria

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

o objetivo geral, senão responde-la? Os objetivos específicos somados, compõem o objetivo geral. Desse modo, se houver uma pergunta para cada objetivo específico, ao responder a todas, será possível concluir sobre a pergunta principal. Quanto ao método, deve-se ter atenção para que as fontes para as respostas de cada uma dessas perguntas estejam disponíveis, para então definir as ferramentas e técnicas para cada uma delas.

A disponibilidade de dados e de técnicas adequadas para analisa-los também pode influenciar em todo o desenho da pesquisa. Pode ocorrer que o pesquisador esteja buscando algum tipo de informação e conclua que não terá acesso a ela ou então que, tendo acesso, não terá condições de processa-la. No caminho pela busca das fontes da resposta à pergunta de sua pesquisa, pode deparar-se com outras informações, que estão disponíveis e que podem ser devidamente tratadas. Caso opte por trabalhar com os dados existentes, todo o desenho da pesquisa deverá ser reavaliado.

A respeito disso, o uso de estratégias metodológicas nas RI percebeu mudanças ao longo do tempo. Sprinz e Wolinski (2002), analisando 150 edições de seis periódicos entre 1975 e 2000[5] constataram que houve aumento relativo da utilização de técnicas quantitativas, redução de trabalhos descritivos e estabilização na proporção de estudos de caso. Hug (2018) aponta para o aumento substantivo, entre 1990 e 2005[6], do número de publicações que utilizam técnicas quantitativas, principalmente regressão linear, ao mesmo tempo em que diminuíram os estudos de caso. Para o autor, esse aumento ocorreu por conta do crescimento do número de bancos de dados que tratam dos fenômenos internacionais e também pelo treinamento dos pesquisadores em técnicas adequadas para o trabalho com dados quantitativos (Hug, 2018). Esse é um fenômeno que exemplifica como a disponibilidade de informações e o domínio das técnicas pode influenciar toda uma área da ciência. Da mesma forma, dados e técnicas podem ser definidores no desenho de pesquisa de um investigador iniciante.

Portanto, sugere-se que na definição do método ou dos métodos em um desenho de pesquisa, considere-se fortemente a interação com as fontes a serem utilizadas e com o domínio das técnicas necessárias para encontrar a resposta para a pergunta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto desenvolveu a ideia de que um desenho de pesquisa deve ocupar-se inicialmente de definir um objeto, uma pergunta, definir uma teoria a ser utilizada, elaborar uma hipótese, tratar das fontes e escolher o método adequado. Argumentou-se que: no caso das RI, o objeto da pesquisa, em grande parte dos casos, está ligado a um escopo temporal e discute um subtema da

[5] Os periódicos analisados foram: American Political Science Review (vol. 69-vol. 94); International Organization (vol. 29-vol. 54); International Security (vol. 1 - vol. 25); International Studies Quarterly (vol. 19 - vol. 44); Journal of Conflict Resolution (vol. 19 - vol. 44) e; World Politics (vol. 27 - vol. 52) (Sprinz & Wolinski 2002, p. 26).

[6] O autor considerou os periódicos International Organization, International Studies Quarterly e Journal of Conflict Resolution e extraiu os dados do artigo "Is OLS Dead in IR?", de autoria de Anna Pechenkina e Scott Bennet, publicado em 2011 no periódico "The Political Methodologist" (Hug, 2018, p. 128).

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

área em algum espaço geográfico; a pergunta nem sempre é o primeiro elemento que motiva o início da pesquisa, mas é o elemento que mais rapidamente deve ser definido; as teorias devem ser selecionadas considerando todos os elementos da pesquisa, mas com atenção especial à amplitude do objeto e ao teor da pergunta; a maneira mais funcional de se elaborar uma primeira hipótese é estabelecer uma resposta provisória à pergunta através dos pressupostos da teoria que será utilizada; o pesquisador deve ter garantia de existência e de acesso às fontes de pesquisa, chamadas nesse texto de *fontes de resposta à pergunta*; os métodos são as técnicas e ferramentas que extrairão das fontes a resposta para a pergunta.

O pesquisador iniciante que não seja capaz de manejar esses elementos e construir um desenho ou projeto de pesquisa consistente, certamente não está apto a executar a pesquisa de forma satisfatória ou de definir elementos mais específicos de uma investigação. Correlação, relação de causalidade, relações espúrias entre variáveis e outras questões que podem vir a compor um desenho de pesquisa, são fruto das indagações e decisões que o pesquisador tomará em um momento seguinte. O pesquisador mais experiente, que tem um conhecimento prévio do objeto com o qual se ocupa, ao definir os elementos básicos de um desenho de pesquisa, sabe quais serão as variáveis intervenientes ou de controle que farão parte de seu trabalho. Para o estudante em fase final da graduação, nem sempre isso é evidente e é necessário, primeiramente, ter maior clareza dos elementos mais básicos.

Finalmente, cabe destacar que muitos projetos de pesquisa apresentam algo que parece ter sido construído a partir da conclusão. É como se, de início, o estudante já tivesse a conclusão, necessitando somente de fatos para corroborar. A parcimônia e dedicação na construção de um bom desenho de pesquisa, a partir de seus componentes mais fundamentais, pode auxiliar a evitar os erros decorrentes de pesquisas que começam pelo que deveria ser o seu final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Castro, T. (2012). *Teoria das relações internacionais.* Brasília: Funag.

Devetak, R. (2017). The origins and changing agendas of a discipline; *em*: R. Devetak, A. Burke, e G. Jim (Eds.), *An Introduction to International Relations* (3 ed., pp. 1-20). Cambridge: Cambridge University Press.

Diesing, P. (2017). *Patterns of discovering in social sciences.* New York: Routledge.

Dyvik, S. L., Selby, J., e Wilkinson, R. (2017). Asking questions of, and about, IR; *em*: S. L. Dyvik, J. Selby, e R. Wilkinson (Eds.), *What´s the point of International Relations* (pp. 1-18). New York: Routledge.

Figueiredo Filho, D. B., Paranhos, R., Rocha, E. C., Silva Jr, J., e Santos, M. D. (2012). Levando Gary King a sério: desenhos de pesquisa em Ciência Política. *Revista Eletrônica de Ciência Política, 3*(1-2), pp. 86-117.

Gerring, J. (2012). *Social Science methodology: a unified framework* (2 ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.10, e38439, 2019.
DOI: 10.12957/rmi.2019.38439 | e-ISSN: 2177-7314

Halliday, F. (2007). *Repensando as relações internacionais.* Porto Alegre: UFRGS.

Hug, S. (2018). Examples of quantitative data processing in International Relations; *em:* G. Devin (Ed.), *Resources and applied methods in Internacional Relations* (W. Snow, Trad., pp. 125-138). Cham: Palgrave MacMillan.

Jorgensen, K. E. (2018). *International Relations Theory: a new introduction* (2 ed.). Londres: Palgrave Macmillan.

Katzenstein, P. J., e Sil, R. (2010). *Beyond Paradigms: Analytic Eclecticism in the Study of World.* New York: Palgrave Macmillan.

King, G. (1995). Replication, Replication. *PS: Political Science & Politics* (28), pp. 444-452.

Lake, D. (2013). Theory is dead, long live theory: the end of the great debates and the rise of eclecticism in International Relations. *European Journal of International Relations, 19*(3), pp. 567-587.

Magalhães, B., e Siqueira, I. R. (2018). Introdução: metodologia como ação política; *em*: I. R. Siqueira, B. Magalhães, T. Castelo-Branco, e S. Granda, *Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos* (pp. 9-16). Rio de Janeiro: PUC-Rio.

Marconi, M. A., e Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5 ed.). São Paulo: Atlas.

Mingst, K. A., e Arreguín-Toft, I. M. (2017). *Essentials of International Relations* (7 ed.). New York: W.W. Norton and Company.

Pecequilo, C. S. (2004). *Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões.* Petrópolis: Vozes.

Silva, G. P. (2018). *Desenho de Pesquisa.* Brasília: Enap.

Sprinz, D. F., e Wolinski, Y. (2002). Methodoogy in International Relations Research; *em:* D. F. Sprinz, e Y. Wolinski (Eds.), *Cases, Numbers, Models: International Relations Research Methods* (pp. 6-26). Ann Arbor: University of Michigan Press.

Sullivan, M. P. (2001). *Theories of International Relations: transition vs. persistence.* New York: Palgrave.

Villa, R. D., Tickner, A. B., Souza, M. B., e Cepeda, Y. C. (2017). Comunidades de Relações Internacionais na América Latina: uma análise das tendências a partir do TRIP 2014. *Carta Internacional, 12*(1), pp. 224-256.

Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications* (6 ed.). Londres: Sage.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.